

Ulysses cria 'slogan' para apressar Carta

19 OUT 1987

ANC 03

Foto de J. França

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, lançou ontem o slogan "Constituição já", prometendo utilizar todos os meios ao seu alcance para apressar os trabalhos constituintes de forma que, até o final do ano, a nova Carta seja promulgada. Informou que vai reunir as lideranças partidárias, ainda no início desta semana, para se decidir sobre o funcionamento simultâneo do plenário da Assembléia e da Comissão de Sistematização, embora considere esta medida, proposta por alguns membros do PMDB, "fora do convencional".



Fogaça, Jobim e Scalco deixam a casa de Ulysses

destaque colado em votação e outro contra (pelo Regimento são dois de cada lado); e funcionamento simultâneo dos plenários da Assembléia e da Sistematização.

Na avaliação das lideranças do PMDB, se essas medidas não forem adotadas, corre-se o risco de não se promulgar a Constituição este ano. É, na opinião de Ulysses, isso não pode ocorrer porque há muitos interesses em torno da Constituição. Ele concorda com as duas primeiras propostas; quanto à terceira, disse que ainda vai examinar, porque o tradicional é o plenário da Assembléia examinar o projeto integralmente. Mas está convencido de que deve fazer "tudo o que for preciso" para que se consiga elaborar com mais rapidez uma boa Constituição.

Fernando Henrique informou que o prazo final para a Comissão de Sistematização votar o substitutivo — o próximo dia 28 — está mantido. Mas

Ulysses admitiu que, se for necessário, poderá prorrogá-lo. Isso, segundo afirmou outro membro do PMDB, exigiria o funcionamento paralelo do plenário da Assembléia. Pimenta da Veiga disse que a proposta da simultaneidade — que poderá ser adotada já a partir desta semana, se houver concordância da Mesa da Assembléia e dos líderes de outros partidos — foi praticamente consensual entre as lideranças do PMDB.

A voz discordante foi a do Senador José Fogaça, que apontou obstáculos regimentais e práticos. Além de o Regimento Interno determinar que o plenário examine o projeto da Constituição no seu todo e não em partes, o funcionamento paralelo é complexo, segundo ele, porque há questões que dependem de outras. Citou como exemplo a reforma agrária.

— Como ficará a reforma agrária, se a Sistematização aprovar o texto que está no capítulo da Ordem Econômica e o plenário rejeitar o princípio do direito pleno de propriedade, que está no capítulo anterior, dos Direitos Individuais? — indagou Fogaça.

Para o Senador, a principal providência para acelerar os trabalhos é a redução drástica do número de destaques, o que, segundo afirmou, exigirá um amplo acordo político dentro de cada partido, "em nome da necessidade de se preservar a soberania e a continuidade da Constituinte". Fogaça disse que desde o dia 24 de setembro, quando se instalou, até o último sábado, a Sistematização examinou 1.100 destaques, dos quais foram votados cerca de 140. O restante, ou foi retirado, ou ficou prejudicado.

Na reunião de hoje, as lideranças partidárias vão tentar reduzir de 800 para 80 os destaques ao Título III do substitutivo.

Aprovação de temas polêmicos preocupa

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, está preocupado com alguns temas que foram aprovados ou rejeitados pela Comissão de Sistematização, como o da estabilidade no emprego. A preocupação foi transmitida ontem aos líderes do seu partido e a alguns parlamentares peemedebistas membros da Comissão.

Mas, as lideranças avaliaram que tem sido produtivo o trabalho da Constituinte, com a preocupação com o alcance social, embora reconhecendo que "apenas num ou outro ponto a decisão da Comissão não foi feliz", segundo o Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Os parlamentares tranquilizaram Ulysses com o argumento de que alguns pontos, como a própria estabilidade, ainda têm chance de serem revistos no plenário da Assembléia.

O Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, admitiu que houve alguns enganos, inclusive da própria liderança do PMDB. Acha, por exemplo, que a Comissão deveria ter imposto penalização para atos de terrorismo, que ele considera crime equivalente ao da tortura.

Ele afirmou que alguns enganos poderão ser corrigidos no plenário, mas advertiu: "Corrigir engano não quer dizer que a Constituição não deva proteger a maioria". Ele acha que, até agora, alguns temas aprovados implicam maior proteção para os trabalhadores, o que não significa, ressaltou, que representem "excessos em favor do trabalhador". Citou um exemplo: na sua opinião, a Comissão não deu a estabilidade plena, mas protegeu o trabalhador da demissão arbitrária.

Sussekind teme que estabilidade leve a radicalismo e critica projeto

SÃO PAULO — O ex-Ministro do Trabalho e da Previdência Social e ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Arnaldo Sussekind, afirmou ontem que teme a exploração do radicalismo contido na parte que trata da estabilidade no emprego, pela maneira como o assunto está sendo tratado pela Comissão de Sistematização.

— O sistema foi aprovado, mas a Comissão merece críticas ao tentar regulamentar sua aplicação na própria Constituição — disse Sussekind. — E que, da forma como está, essa regulamentação figura em três alíneas que não esgotam a matéria. Torna-se uma regulamentação incompleta. O certo seria a Constituinte apenas firmar o princípio "garantia contra demissão arbitrária, nos termos da lei".

Sussekind está participando do 2º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e do 1º Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho, iniciado sábado e que se encerra hoje em São Paulo. A questão da garantia de emprego contra demissão arbitrária foi o tema de sua conferência, na qual procurou mos-



Sussekind defende revisão do texto

trar que a estabilidade, com direitos absolutos do empregado após longo tempo de serviço, está totalmente superada.

A argumentação do ex-Ministro baseia-se na reforma feita na Alemanha, em 1952, uma tentativa de conciliar interesses do trabalhador com os da empresa.

— Após um prazo de seis a 24 me-

ses, o empregador precisará ter motivo considerado justo pela legislação para despedir o empregado, mas não mais precisará de autorização do tribunal para fazê-lo. Se o empregado achar que a demissão foi arbitrária, poderá recorrer ao tribunal e, neste caso, o empregador terá que provar suas razões — falta disciplinar, incapacidade permanente para a função ou motivo de ordem tecnológica ou econômico-financeiro — explicou Sussekind, lembrando que esse sistema, em geral, só se aplica a empresas que tenham mais de cinco funcionários.

Atualmente, esse plano já funciona em 35 países. No caso do Brasil, entretanto, Sussekind acredita que poderá haver distorções se a Comissão de Sistematização não fizer uma revisão no projeto. E cita como exemplo as funções que não demandam contrato de experiência — como a de faxineiro —, que pela legislação proposta tem garantia de estabilidade já no primeiro dia de trabalho.

— É justamente essa forma generalizada de tratar um assunto tão importante — alerta o ex-Ministro — que pode colocar tudo a perder.

Quércia pede a deputados apoio às suas propostas

SÃO PAULO — O Governador Orestes Quércia reuniu ontem à noite, em jantar oferecido no Palácio dos Bandeirantes, deputados federais do PMDB e de outros partidos, dando início às articulações para conseguir apoio às suas propostas na Constituinte e às teses aprovadas na reunião de anteontem, no Rio, pelos 22 Governadores peemedebistas: mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney e sistema presidencialista. Apenas o PT não foi convidado.

Nas questões da reforma tributária e da proporcionalidade, ponto comum de união entre as bancadas federais paulistas, Quércia obteve um número maior de adesão nesse primeiro encontro do gênero.

Durante todo o dia representantes de alguns partidos políticos estiveram reunidos para discutir a linha de conduta no jantar com o Governador. O Líder do PTB, Deputado Gastone de Righi, debateu longamente os temas de interesse interpartidário e nacionais com sua bancada, enquanto o Deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) dizia que estaria aberto a qualquer discussão.

Conselheiro da OIT faz sugestões para lei de greve

SÃO PAULO — O Conselheiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a América Latina, Oscar Ermida Uriarte, disse ontem que o "sistema italiano" proposto pela Comissão de Sistematização para estabelecer a nova lei de greve representa um avanço, mas não é o único caminho. Na sua opinião, o mais importante é que se adote uma regulamentação eficaz, que possa ser cumprida por empregado e empregador, e aponta outras soluções:

— No sistema italiano, pelo qual o sindicato é que estabelece seu estatuto, a lei é acatada porque não foi imposta. A regulamentação con-

vencional surge de comum acordo com o empregador. Existe também a legislação consentida, na qual o legislador busca a concordância das partes interessadas para depois criar a lei de greve.

Uriarte, advogado e professor de Direito Trabalhista participou do II Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e do I Seminário Sobre Direito Constitucional do Trabalho, realizados em São Paulo. Em sua conferência, ele manifestou preocupação com fato de tantas greves serem consideradas ilegais na América Latina. Disse que isso acontece porque na maioria dos países as

leis são incompletas e, portanto, dificilmente obedecidas.

Outro aspecto citado por Uriarte foi o da estabilidade absoluta, adotado por países latino-americanos e que permite ao trabalhador demitido a reintegração efetiva. Fugindo de qualquer análise do artigo sobre o assunto aprovado pela Comissão de Sistematização, ele limitou-se a fazer comparações:

— A estabilidade é garantida pelas Constituições do Peru e do México. Em outros países, ela é limitada pelo fato de o empregador poder substituir a obrigação de reintegrar pelo pagamento de uma indenização.